

No corrente ano a Associação de Praças diligenciou pedidos de audiência e reuniões junto de diversas entidades de forma a comunicar as preocupações que grassam nas Praças das Forças Armadas dando, nalguns casos, contributos para a sua solução. De mencionar que algumas dessas preocupações já vêm de longa data sem que tenham sido resolvidas, que acrescidas de outras, provocam crescente desmotivação e mal-estar no seio da classe. Por ordem cronológica, a seguir se mencionam as reuniões/audiências, assim como os assuntos nelas abordados.

Audiência com o S. Ex^a GEN CEMGFA – 31 de Maio

Audiência com S. Ex^a Ministro da Defesa Nacional

– 10 de Agosto

Reuniões com os Grupos Parlamentares do PS (3AGO), BE e PCP (4AGO), CDS/PP (1SET) e PSD (21SET):

Desorçamentação na Defesa Nacional

Esta é uma situação crónica, que se verifica todos anos, tem no entanto este ano gerado preocupações acrescidas no seio dos militares. Pois segundo a imprensa não haverá dinheiro para fazer face ao pagamento de vencimentos no mês de Novembro e Dezembro. Independentemente do orçamento rectificativo poder prever o reforço de verba, esta situação não pode continuar todos os anos. A falta de verba origina também que os Ramos não procedam ou atrasem significativamente o pagamento do Complemento de Pensão de Reforma, da prestação pecuniária aos militares que passaram à disponibilidade oriundos do RC, dias de férias não gozadas, atrasos no pagamento das Ajudas de Custo, etc.

Situação do Relatório da Inspecção-Geral de Finanças

É urgente que se esclareça o que vem vertido no relatório nomeadamente a questão da devolução dos valores remuneratórios auferidos por deficiente posicionamento e o posicionamento do actual Ministro da Defesa Nacional perante o despacho do seu antecessor dois dias antes de deixar o cargo. É imprescindível e urgente também o esclarecimento da situação, assim como, exigir a clarificação das consequências da implementação deficiente do novo sistema remuneratório.

Novo Sistema Remuneratório (Dec-Lei 296/2009 de 14 de Outubro).

A implementação reveste-se de diversos problemas em especial no que às normas de transição diz respeito, pois em todos os Ramos houve necessidade de posterior correcção nos níveis remuneratórios das Praças do Regime de Contrato e Voluntariado. Mais grave é o que acontece na Marinha onde as Praças do Quadro Permanente ainda estão colocadas em posições remuneratórias não consentâneas com a sua antiguidade. Exemplo claro desta situação é a colocação de militares na mesma posição remuneratória existindo entre eles diferenças de 15 anos na respectiva antiguidade.

Importa ainda mencionar que a existência destes problemas acarreta penali-



Audiência com o S. Ex^a GEN CEMGFA – 31MAI11

zações nas Praças que passaram ou venham a passar à Reserva e à Reforma pois as suas Remunerações de Reserva ou Pensões de Reforma não foram, ou não serão calculadas de acordo com a sua correcta posição da Tabela Remuneratória.

Necessidade da implementação do sistema remuneratório conforme lista de antiguidades relativa entre todos os militares dos três Ramos das FAA.

Necessidade de Alteração ao art.º 31 para permitir mais que um arrastamento ao mesmo militar, pois caso isso não aconteça, possibilita a que militares mais modernos fiquem colocados em posições remuneratórias superiores a militares de maior antiguidade.

Despesas de representação que provocou um aumento exponencial de militares que passaram a receber este abono desde 1 de Janeiro de 2010 (498). Entendemos o que está subjacente à criação deste abono nos cargos de chefia e direcção na Administração Pública, e por isso a necessidade de equiparação. Porém este abono só deveria ser pago a quem apresenta comprovativo da despesa efectuada e sua justificação. Os valores mensais atribuídos variam entre os 501,19€ e 1.808,23€ e importam anualmente aos cofres do estado mais de dois milhões de euros.

Carreiras

Uniformização da carreira de Praça RC nos três Ramos das FAA, para que não existam debaixo do mesmo regime de incentivos militares com carreiras diferenciadas.



Considerar a criação de dois novos postos no Quadro Permanente (Cabo-Chefe e Cabo-Mor) à semelhança do que sucede na GNR, pelo facto de existirem Praças da Armada que após serem promovidos ao posto de Cabo não vislumbram mais nenhuma ascensão na carreira, fazendo com que os mesmos passem mais de 25 anos no posto, reconhecendo assim, maior dignidade aos homens e mulheres que servem a Pátria nas Forças Armadas.

Legislar de forma a permitir que no Exército e na Força Aérea seja possível a carreira de Praça dos Quadros Permanentes, para que os jovens que optem pela carreira militar dos três ramos estejam em igualdade de oportunidades.

Redução de efectivos

Redução de 3.000 efectivos do Quadro RV/RC até 30SET11 (Marinha – 2.098, Exército – 12.939 e Força Aérea – 2.673), ficando o quadro com 17.710, dos quais 23% são mulheres. O quadro RC é hoje cerca de 47% do total dos militares das FA (36.428) e dos quais 14% são militares do sexo feminino.

Com esta redução frustram-se as legítimas expectativas dos militares que de um momento para o outro se vêm relegados para segundo plano, para que se privilegie o combate ao défice, esquecendo que com esta medida se engrossa a lista de desempregados (mais de 11%) e que por via disso haverá um aumento exponencial das prestações sociais a pagar a este universo, isto, para além do pagamento das prestações pecuniárias que o débil orçamento dos ramos vão ter de suportar.

Nova redução de 10% de efectivos entre 2011 e 2014, sem que seja clarificada a justificação de tal medida. Fica a pergunta: Que

estudo foi desenvolvido para se propor cortar este valor e não outro e acima de tudo a quem se aplica, Regime de Contrato ou Quadro Permanente e em que condições?

Como consequência da redução o concurso acesso ao QP da categoria de Praças na Marinha e os concursos de acesso ao Curso de Formação de Sargentos dos três Ramos das FAA aguardam despacho a autorizar o número de vagas por parte do Ministro das Finanças. Estas situações acarretam enormes consequências na vida pessoal dos militares e suas famílias, assim como criam enormes dificuldades no normal funcionamento das unidades e na gestão dos recursos humanos.

Formação como factor preponderante na inserção na vida activa

Necessidade de existir Formação Profissional Certificada nos diversos Ramos das Forças Armadas, em especial no Exército, de forma a valorizar a classe de Praças servindo também como factor de retenção de militares no regime de contrato e de catalisador para a reinserção na vida activa dando cumprimento ao Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV). Regulamento que normalmente não é cumprido, incidindo sobre este universo de militares enormes prejuízos com vista às suas aspirações profissionais, pois não podemos esquecer que compete ao Estado assegurar a inserção ou reinserção destes militares na vida activa civil.

- A uniformização de procedimentos entre Ramos no tocante à legislação em vigor relativamente a:

- Suplemento de Residência;
- Regime de Férias, baseado no DL 296/2009;
- Medidas de Protecção da Maternidade e Paternidade;
- Criação de medidas de protecção aos militares que contraem matrimónio ou que vivem em união de facto entre si ou com agentes das Forças de Segurança;
- Aplicação da Lei 3/2001, nomeadamente na divulgação das iniciativas das Associações nas unidades militares.

- Reforma da Saúde Militar

Que perspective um serviço de melhor qualidade a ser prestado aos militares e suas famílias neste domínio de tão grande rele-

vância para o cumprimento da missão militar na sua componente operacional. Este seria o objectivo da referida reforma mas são já conhecidos novos cortes, na redução no subsistema de saúde, uma vez que a comparticipação do Estado será reduzida em 30% em 2012, 20% em 2013 com subseqüentes reduções até 2016, o que irá comportar um aumento significativo dos encargos com a saúde por parte dos militares e das suas



famílias.

Por outro lado a salvaguarda da especificidade da Condição Militar não está a ser feita, comparando cada vez mais os militares com os outros agentes da Administração Pública.

Lei de Programação Militar

Em ano de revisão da Lei de Programação Militar, é preciso que se estabeleçam prioridades e que essas sejam articuladas de acordo com as necessidades. Preocupa-nos o actual estado das condições de habitabilidade, bastante degradadas, das actuais Corvetas, meios com mais de 40 anos, que para além dos seus custos de manutenção e da inexistência de equipamentos novos que privilegiem um melhor apoio às missões que estão atribuídas a este tipo de navios.

Como é do conhecimento público neste momento a Marinha aumentou o seu contingente naval, com a chegada do NPO Viana do Castelo e espera a qualquer momento a chegada do NPO Figueira da Foz. Porém continuam a faltar mais 6 dos quais 2 com valência de apoio à poluição. Com todos os problemas que foram surgindo ao longo dos anos durante a sua fase de construção a que se junta a actual situação dos Estaleiros de Viana do Castelo, esta situação ganha contornos de resolução urgente.

Tendo em conta a esta situação, como se conjugam estas reduções com o previsível aumento da Plataforma Continental?